
A Evolução dos Relatórios de Sustentabilidade de Empresas Brasileiras do Setor de Energia Elétrica

Heloisa Maria Motta Morisue¹
Maisa de Souza Ribeiro²
Isabela Alves de Moraes Penteadó³

•Artigo recebido em: 15/12/2011••Artigo aceito em: 07/06/2012

Resumo

Nos últimos anos, diante das pressões dos *stakeholders*, as empresas buscam maior transparência na divulgação de suas informações; dessa forma, além de aspectos econômicos, passaram a relatar ações associadas à sociedade e ao meio-ambiente por meio de Relatórios de Sustentabilidade. Em razão de diversos fatores, a publicação desse documento tem sido prática cada vez mais frequente entre as empresas. Contudo, no que diz respeito à qualidade da informação, constata-se que os relatórios apresentam diferentes níveis de profundidade. Dessa maneira, o presente trabalho tem por objetivo verificar a evolução nos Relatórios de Sustentabilidade do grau de aderência plena e do grau de evidenciação efetiva aos indicadores de desempenhos econômico, ambiental e social estabelecidos no modelo “G3” das Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI), de empresas brasileiras do setor de energia elétrica, no período de 2006 a 2009. Com base na análise dos relatórios, pode-se verificar o quanto do que foi requerido nos indicadores de desempenho pelas Diretrizes da GRI foi realmente divulgado e o quanto do potencial dessas informações foi efetivamente apresentado ao longo desse período. Os principais resultados mostram que houve evolução no grau de aderência plena e grau de evidenciação efetiva aos indicadores de desempenho no período, mas as empresas selecionadas apresentam diferentes níveis de conformidade com as Diretrizes da GRI e de evidenciação das informações.

Palavras-chave: Relatório de Sustentabilidade. GRI. Indicadores de desempenho. Setor de energia elétrica.

¹Graduada em Economia Empresarial e Controladoria pela FEA-RP/USP -Endereço: Avenida dos Bandeirantes nº 3900 - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Monte Alegre. 14040-900, Ribeirão Preto - SP. -Telefone: (16) 3602-4747 -E-mail: helomorisue@fearp.usp.br

²Professora Titular do Departamento de Contabilidade da FEA-RP/USP -Endereço: Avenida dos Bandeirantes nº 3900 - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Monte Alegre. 14040-900, Ribeirão Preto - SP. -Telefone: (16) 3602-4747 -E-mail: maisorib@usp.br

³Mestranda em Controladoria e Contabilidade pela FEA-RP/USP-Endereço: Avenida dos Bandeirantes nº 3900 - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Monte Alegre. 14040-900, Ribeirão Preto - SP. -Telefone: (16) 3602-4747-E-mail: isabelapenteadó@fearp.usp.br

The Evolution of Sustainability Reports of Brazilian Companies of the Electricity Sector

Abstract

On the last years facing the pressure of their stakeholder, the companies try to send more information than what they did in the past. Besides economic information, they're sending information about their action on society, and those related to the environment through sustainability reports. Due to several factors, the publication of those documents has been an increasingly common practice among companies. But in regard the quality of the information, the reports look to have different levels. In this way, this paper seeks to verify the evolution of the adherence full degree and of the effective evidence degree to the economics, social and environmental indicators established on the G3 model of GRI. Will be verified the brazilian electric sector companies between the years of 2006 and 2009. The report analysis enables us to say how much of what was required on the GRI indicators was really showed in the period. The results show an evolution on the full adherence and effective evidence degrees. But regard the conformity levels and information shows, the companies selected exhibit different levels.

Keywords: Sustainability Report. GRI. Performance indicators. Electric sector.

1 INTRODUÇÃO

O aumento da transparência exigido das empresas por seus mais diversos *stakeholders*, nos âmbitos social e ambiental, leva-as a informar não apenas sobre seu desempenho financeiro, mas também sobre seus impactos sociais e ambientais. Em virtude de tais exigências, vem crescendo a necessidade de as empresas divulgarem com confiabilidade suas medidas tomadas em favor da sociedade e do meio ambiente, levando a um aumento da publicação de Relatórios de Sustentabilidade

no mundo (CASTRO; SIQUEIRA; MACEDO, 2010). Entretanto, os diferentes modelos de relatórios e a ausência da exigência de sua padronização fazem com que a qualidade da divulgação possa ser insatisfatória quanto à clareza, à exatidão, à periodicidade, à comparabilidade e à confiabilidade.

Assim, com o intuito de atender a uma necessidade de padronização, a maior qualidade na divulgação e fornecer um modelo amplamente aceito para a elaboração de relatórios sobre desempenhos econômico, ambiental e social de uma organização (*Triple Bottom Line*), foram elaboradas as estruturas dos relatórios da Global Reporting Initiative (GRI).

Apesar do conjunto de informações sugerido pelas diretrizes, as empresas podem escolher os indicadores que desejam divulgar, permitindo que deixem de relatar informações que possam ser negativas para a empresa (SILVA; SIQUEIRA; FERNANDES, 2009). Assim, na prática, tem-se observado que existem diferenças entre o que as companhias divulgam em seus relatórios socioambientais e o que a GRI realmente solicita em seus indicadores de desempenho. Esse fato torna-se relevante, uma vez que informações distorcidas sobre o desempenho da organização podem estar sendo passadas aos *stakeholders* (CASTRO; SIQUEIRA; MACEDO, 2009).

O termo *Triple Bottom Line* (TBL) foi concebido pelo consultor e ativista John Elkington, referindo-se à percepção das organizações sobre as questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável, de forma a se empenhar nos âmbitos social e ambiental. Até então, as empresas estavam sustentadas no *Single Bottom Line*, que compreendia apenas o lado econômico da instituição. Com o crescimento da divulgação de informações sociais e ambientais, os relatórios anuais das empresas passaram a conter, além de demonstrações financeiras e relatórios da diretoria, balanços sociais e ambientais. Dessa maneira, para consolidar a expressão TBL, os novos balanços deveriam ser tão importantes, detalhados e confiáveis quanto às demonstrações financeiras. Contudo, os problemas se iniciam, visto que as informações sociais e ambientais eram pouco abordadas, e o Relatório TBL tendia a evidenciar apenas as boas notícias (GRAY; MILNE, 2002).

Estudos anteriores buscaram analisar a aderência dos relatórios publicados ao modelo original sugerido pela GRI. Dias (2006), por exemplo, observou o grau de aderência plena das empresas brasileiras aos indicadores essenciais das Diretrizes da GRI versão 2002, verificando que esse variou entre 6% (Souza Cruz) e 95,83% (Natura). Carvalho e Siqueira (2007) analisaram o grau de aderência plena aos indicadores essenciais e o grau de evidenciação efetiva das empresas latino-americanas com exceção de empresas brasileiras, encontrando variação entre 16,33% (Enap) e 57,14% (Endesa Chile) para o primeiro indicador e variação entre 8% (Banco Solidário) e 55,1% (Endesa Chile) para o segundo indicador.

Já Silva, Siqueira e Fernandes (2009) buscaram verificar a evolução dos graus de aderência plena aos indicadores essenciais e de evidenciação efetiva no período de 2003 a 2005, revelando que somente duas das seis empresas analisadas apresentaram melhoria.

Entretanto, o setor de energia elétrica aparece com uma possível exceção a essa prática, já que a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), como órgão regulador, determinou em 2001 que as empresas divulgassem o balanço social utilizando o modelo Ibase como padrão (SIQUEIRA; MACEDO; FERNANDES, 2007), e em 2006, por meio do Despacho SFF nº 3.034, ordenou que se passasse a considerar o conceito do *Triple Bottom Line* para a elaboração do referido relatório (ANEEL, 2006).

Diante do exposto, este trabalho teve por objetivo verificar a evolução nos Relatórios de Sustentabilidade do grau de aderência plena e do grau de evidenciação efetiva aos indicadores de desempenhos econômico, ambiental e social estabelecidos no modelo “G3” das Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI) de empresas brasileiras do setor de energia elétrica, no período de 2006 a 2009.

A pesquisa visa contribuir com os estudos realizados na Contabilidade Ambiental referente à importância da elaboração dos relatórios socioambientais das empresas, verificando a qualidade da informação desses diante da utilização do modelo proposto pela GRI e em que nível

as empresas estão em relação ao grau de aderência aos indicadores de desempenho, já que cada vez mais as organizações utilizam desse meio para comunicar os seus *stakeholders* sobre suas atividades.

A análise dos dados foi baseada nos modelos desenvolvidos por Dias (2006) e Carvalho (2007), sendo que o primeiro verificou o grau de aderência plena das empresas brasileiras aos indicadores essenciais propostos no segundo modelo das Diretrizes da GRI (G2); o segundo trabalho analisou o grau de aderência plena aos indicadores essenciais propostos no G2 da GRI, bem como o grau de evidenciação efetiva aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas latino-americanas, exceto as empresas brasileiras.

O restante do trabalho está organizado como descrito a seguir. A sessão dois apresenta uma revisão do referencial teórico, abordando as questões que envolvem a responsabilidade social das empresas, a divulgação dos relatórios socioambientais, a contribuição da GRI na qualidade da informação e a regulação no setor de energia elétrica para a incorporação da responsabilidade social e ambiental, bem como a obrigatoriedade na divulgação do Relatório Socioambiental. A sessão três traz os procedimentos metodológicos com os quais foi conduzida a pesquisa. A sessão quatro faz uma análise individual e posteriormente conjunta dos resultados obtidos pelas empresas selecionadas sobre o grau de aderência plena e o grau de evidenciação efetiva aos indicadores de desempenho da GRI. Por fim, a sessão cinco é destinada às devidas conclusões do estudo.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 Responsabilidade socioambiental

Historicamente, os primeiros escritos sobre Responsabilidade Social Empresarial (RSE) ocorreram nos Estados Unidos, na década de 1950. O marco inicial desse período se deu em 1953 com a publicação do livro *Social responsibilities of the businessman*, por Howard Bowen.

O trabalho de Bowen baseava-se na crença de que centenas de grandes negócios eram centros vitais de poder e decisão e que as ações dessas empresas tocavam a vida dos cidadãos em muitos pontos. Em meados dos anos 1960, nos Estados Unidos, e em 1970, principalmente na França, na Inglaterra e na Alemanha, os movimentos cobrando maior participação das empresas nos assuntos relacionados à responsabilidade social fizeram com que a divulgação por meio dos balanços ou relatórios sociais se tornasse necessária. Na década de 1990, o tema ganhou intenso destaque por causa do aumento da globalização, dos crescentes poderes econômico e político das grandes instituições, dos escândalos protagonizados por empresas e das manifestações de ativistas e outras organizações. Da mesma forma, a literatura de RSE é crescente e passa a ser de interesse de vários agentes e corporações (CARROLL, 1999; FARIA; SAUERBRONN, 2008; TREVISAN, 2002).

Embora os conceitos de RSE mudem conforme os contextos histórico e social em que são constituídos e sobretudo por quem são formulados e em seus interesses em destacar certos pontos em detrimento de outros, hoje em dia, há plausível consenso de que uma empresa socialmente responsável deve reconhecer os danos que suas operações provocam na sociedade na qual se insere, deve gerenciar os impactos nos âmbitos econômico, social e ambiental de suas atividades em nível global e executar essas intenções por meio do constante relacionamento com as partes interessadas (KREITLON, 2004).

Em Hayes e Walker (2005), um dos problemas associados com o conceito de RSE é quem o define. Para os autores, se o termo é definido apenas pelo setor empresarial, haverá ceticismo entre outros grupos. Se a definição é feita por ONGs e pela sociedade, as empresas podem considerar o conceito como irreal, atribuindo mais poderes às companhias do que eles acreditam ter. Enquanto isso, acionistas aparecem como um grupo misto com diferentes motivações.

Do mesmo modo, em Berger (2001), o conceito de RSE está relacionado a diversas ideias. Para alguns, pode interagir com a concepção de responsabilidade legal; para outros, assumir comportamento social-

mente responsável no sentido ético, ao passo que para outros pode ter relação com uma ação voluntária associada a uma causa específica.

Desta forma, os autores Argadona e Hoivik (2009) criticam o estabelecimento de uma definição precisa, já que o conceito e a aplicação da RSE variam de um país para outro, difere entre as empresas, bem como vai mudar ao longo do tempo. Para eles, a RSE é o resultado de uma reflexão sobre a natureza da empresa, o seu papel na sociedade e as relações com os seus *stakeholders*.

Com isso, o desafio é de resistir à tentação de desenvolver um conceito único e preciso da RSE, já que tal definição pode ser desprovida de riqueza, variação e flexibilidade (ARGADONA; HOIVIK, 2009).

De modo geral, a RSE deve ser um comprometimento contínuo da empresa, exercendo ações que vão além das suas obrigações e que atendam às expectativas de todas as partes interessadas.

Segundo Oliveira *et al.* (2004), as empresas de hoje, independentemente dos seus setores de atuação e tamanho, só sobrevivem ao aplicar fundamentos de ética, transparência e responsabilidade social em suas políticas e práticas que possibilitam o alcance do sucesso econômico em longo prazo em função do seu relacionamento com os *stakeholders*. Da mesma forma, para Kraemer (2010), as corporações que não estão em conformidade ao conceito de desenvolvimento sustentável estão destinadas a perder competitividade num curto período de tempo.

O Relatório de Sustentabilidade também chamado de Balanço Social ou Relatório Socioambiental, independentemente do seu formato, tem a finalidade de evidenciar informações referentes à integração da organização com o meio no qual está inserida (CARVALHO; SIQUEIRA, 2007; RIBEIRO; PINTO, 2004). Um Relatório Socioambiental deve conter informações verídicas e que possibilitem a tomada de decisão pelas partes interessadas. Deste modo, espera-se que seja aplicado o princípio de equilíbrio em seu conteúdo, ou seja, informações tanto positivas como negativas devem ser apresentadas. Essa conduta também permite que as empresas comparem suas ações com as de outras empresas, de forma a mapear e planejar mudanças em suas práticas, a fim de sempre buscar o desenvolvimento sustentável.

No Brasil, três modelos já tiveram destaque entre as empresas: o Balanço Social Ibase, os Indicadores Ethos e as Diretrizes da GRI. Contudo, por se tratar de um padrão internacional, verifica-se que a maior adesão foi ao modelo GRI. Tal fato torna-se positivo no sentido de que permite a comparabilidade das informações entre companhias nacionais e internacionais e até mesmo entre setores. Além disso, o modelo GRI tem base na abordagem do *Triple Bottom Line*, o que permite que as empresas divulguem as informações nas dimensões econômica, social e ambiental.

A Estrutura de Relatórios da GRI busca padronizar os relatórios elaborados por empresas, considerando os desempenhos econômico, ambiental e social. Ademais, os relatórios buscam atuar de maneira abrangente para qualquer tipo de empresa, não importando seu tamanho, o segmento ou a localidade (GRI, 2006).

O modelo sugere a utilização de 79 indicadores de desempenho, sendo nove deles econômicos, 30 ambientais e 40 sociais. Além das divisões nas três categorias citadas, os indicadores são subdivididos em essenciais (49) e adicionais (30). Os indicadores essenciais foram desenvolvidos pela GRI por meio de processos *multistakeholders*, com a finalidade de identificar quais deles são aplicados e considerados relevantes para a maioria das empresas. Já os indicadores adicionais são utilizados para tratar características específicas, possuindo relevância apenas para algumas instituições (GRI, 2006).

A divulgação de Relatórios de Sustentabilidade pelas empresas brasileiras de energia elétrica, como mencionado, é regulada pela ANEEL, que determinou em 2001 que as empresas divulgassem o balanço social, tornando a divulgação relativa à responsabilidade social obrigatória para o setor e contribuindo para o comprometimento das empresas no que diz respeito ao tema. As diretrizes foram atualizadas em 2006 para reforçar a necessidade de atender ao conceito do *Triple Bottom Line*, refletindo um padrão mínimo para divulgação das informações socioambientais nas perspectivas econômica, social e ambiental, além de informações específicas do setor. A Agência criou o Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica (ANEEL, 2006).

Pode-se afirmar que a obrigatoriedade de divulgação para as empresas vem a contribuir para a disseminação das informações. Tal fato é confirmado ao se verificar as empresas brasileiras listadas no site da GRI. Em 2010, o setor que mais divulgou Relatórios Socioambientais referentes ao exercício de 2009 de acordo com as Diretrizes da GRI foi o de energia elétrica, seguido pelo setor financeiro.

2.2 O setor de energia elétrica

Num curto período de tempo, o setor de energia elétrica passou por intensas mudanças. Em 1995, o período foi marcado pelas privatizações das empresas de distribuição, pelo surgimento da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com a finalidade de regular o setor em função das privatizações, e pela alteração de competência do Poder Executivo e de empresas estatais federais. Em 2001, houve o racionamento de energia provocado pela falta de chuvas e conseqüentemente pela geração de energia. Tal episódio fez com que as companhias passassem por um período de recessão. Já em 2003, a alteração do governo federal acarretou nova mudança nas regras do setor (LINS; OUCHI, 2007).

A ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, foi criada em 1996, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (Lei nº 9427, 1996). Baseada em experiências internacionais, como o modelo de agências de regulação independente norte-americano, faz parte da administração pública indireta, o que garante maior autonomia, sendo submetida a um regime jurídico especial (JANNUZZI *et al.*, 2008).

Ao órgão foi atribuída a função de melhorar a regulamentação do setor de forma independente, não havendo a interferência dos legisladores na tomada de decisão, e acalmar os possíveis e efetivos investidores em relação ao risco pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas em contratos por parte do poder concedente (PIRES; GOLDSTEIN, 2001 *apud* MACHADO, 2006).

Sob a ótica dos serviços públicos, as empresas de energia elétrica, ao usufruírem recursos naturais necessários a fim de desenvolver suas atividades, passam a integrar os âmbitos social e ambiental. Da mesma forma, ao executarem seus serviços, alteram as perspectivas sociais, econômicas, ambientais, culturais e tecnológicas. Ao tomar consciência de sua ação e de seus impactos em razão de suas atividades, a empresa constitui sua responsabilidade social e ambiental (ANEEL, 2006). As próprias características da atividade fazem o setor potencial poluidor e responsável por profundas alterações, seja no meio ambiente devido suas atividades, seja na comunidade em torno de suas instalações, seja distribuindo energia para a sociedade (LINS; OUCHI, 2007).

Assim, por ser um serviço público feito por meio de concessão, a concepção sobre a responsabilidade social deve ser ainda mais estendida, tendo em mente que a prestação do serviço tem como foco o interesse público, de forma a garantir, segundo a ANEEL (2006), “as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas”. Pode-se afirmar que a obrigatoriedade de divulgação para as empresas vem a contribuir para a disseminação das informações. Tal fato é confirmado ao verificar as empresas brasileiras listadas no site da GRI. Em 2010, como dito, o setor que mais divulgou relatórios socioambientais referente ao exercício de 2009, de acordo com as Diretrizes da GRI, foi o de energia elétrica, seguido do setor financeiro.

3 METODOLOGIA

Como o objetivo da pesquisa foi verificar a evolução nos Relatórios Socioambientais do grau de aderência plena e do grau de evidenciação efetiva aos indicadores de desempenhos econômico, ambiental e social estabelecidos no modelo “G3” das Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI) de empresas brasileiras do setor de energia elétrica, no período de 2006 a 2009, adotaram-se os seguintes critérios para a seleção da amostra: (i) os da-

dos utilizados para a seleção são os constantes em base de dados disponível no *site* da GRI; (ii) foram selecionadas apenas as empresas do setor de energia elétrica que publicaram seus relatórios em todos os anos referentes ao período de 2006 a 2009; (iii) excluiu-se do escopo as empresas que não utilizaram o modelo G3 em algum dos anos ou cujo relatório não possui o Sumário GRI com as respectivas páginas onde constam os indicadores, uma vez que a não conformidade com o modelo impossibilita a comparação entre as empresas, e a ausência do sumário pode levar a uma busca pelo indicador equivocada, considerando-se a extensão do relatório.

Dessa forma, para a amostra, foram selecionadas cinco empresas do setor de energia elétrica, conforme descrito no QUADRO 1.

QUADRO 1
Empresas selecionadas

Empresa	Atividade	Capital aberto	Tipo de relatório
Ampla	Distribuição e comercialização	SIM	Relatório de Sustentabilidade
Cemig	Geração, distribuição e comercialização	SIM	Relatório de Sustentabilidade
Coelce	Distribuição	SIM	Relatório de Sustentabilidade
EDP Energias do Brasil	Geração, distribuição e comercialização	SIM	Relatório Anual
Elektro	Distribuição	SIM	Relatório de Sustentabilidade

Fonte: Elaboração própria (2011).

Definidas as empresas para análise, buscaram-se em seus respectivos *sites* os Relatórios Socioambientais de 2006 a 2009. Acredita-se que os *sites* oficiais das empresas constituem fontes confiáveis de informação.

Cabe ressaltar que as empresas CPFL, Copel, Itaipu e AES Eletropaulo, apesar de estarem listadas no *site* da GRI, no período de 2006 a 2009, foram excluídas da amostra pelos seguintes motivos: os relatórios de 2007 e 2008 da CPFL e o de 2009 da AES Eletropaulo apresentam em seus sumários apenas os capítulos nos quais se encontram os indicadores de desempenho; dessa forma, a coleta de dados pode ser ineficiente pela extensão do relatório; já as empresas Copel e Itaipu dizem seguir as Diretrizes da GRI, mas seus relatórios referentes ao período de 2006 não seguem os padrões determinados e também não disponibilizam o sumário com a localização dos respectivos indicadores.

A análise dos Relatórios Socioambientais consiste na verificação da informação solicitada pelas Diretrizes da GRI do modelo G3 e o que realmente a empresa relata. Valendo-se do trabalho de Dias (2006), os indicadores essenciais de desempenho foram classificados em “apresentados” quando disponíveis e “não apresentados” quando não disponibilizados nos relatórios, e posteriormente subclassificados, conforme descrito no QUADRO 2.

QUADRO 2

Classificação dos indicadores

	CLASSIFICAÇÃO	JUSTIFICATIVA
APRESENTADO	Aderência Plena – APL	Quando todas as informações solicitadas pelo indicador eram disponibilizadas pela organização.
	Aderência Parcial – AP	Quando apenas parte das informações solicitadas pelo indicador era disponibilizada pela organização.
	Dúbio – D	Quando as informações disponibilizadas não são suficientes para o usuário perceber se houve aderência plena ou parcial.
	Inconsistente – I	Quando as informações disponibilizadas pela organização referente ao indicador diferem do que é solicitado pela GRI.
NÃO APRESENTADO	Não disponível – ND	Quando a organização reconhece que a informação referente ao indicador está relacionada à sua atividade, porém não tem condições de fornecê-la.
	Não aplicável – NA	Quando a organização relata que o indicador não se relaciona com sua atividade ou seu setor.
	Omitido com justificativa – OJ	Quando a empresa faz a omissão do indicador, mas emite uma justificativa por tal decisão.
	Omitido – O	Quando nada é comentado a respeito do indicador, como se esse não existisse.

Fonte: DIAS (2006).

Após a classificação dos indicadores essenciais, o segundo passo foi o cálculo do Grau de Aderência Plena (GAPIE) e o Grau de Evidenciação Efetiva (GEE). O primeiro, desenvolvido no trabalho de Dias (2006), tem a finalidade de verificar o quanto as empresas estão aderindo de fato ao que é determinado pelas Diretrizes da GRI. Já o GEE, exposto no trabalho de Carvalho (2007), verifica a aderência efetiva das empresas em comparação a todo o potencial oferecido pela GRI.

As fórmulas utilizadas para o cálculo do GAPIE e do GEE dos Relatórios Socioambientais foram as seguintes:

Equação 1: Grau de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI (GAPIE)

$$\text{Grau de aderência plena aos indicadores totais de desempenho da GRI (GAPIT)} = \frac{\text{Total dos indicadores de desempenho com "aderência plena"} + \text{Total dos indicadores de desempenho "omitidos com justificativa"}}{\text{Total dos indicadores de desempenho} - \text{Total dos indicadores de desempenho "não aplicáveis"}}$$

Fonte: DIAS (2006).

Equação 2: Grau de evidência efetiva aos indicadores essenciais (GEE - essenciais)

$$\text{Grau de evidência efetiva aos indicadores totais de desempenho (GEE - total)} = \frac{\text{Total dos indicadores de desempenho com "aderência plena"}}{\text{Total dos indicadores de desempenho} - \text{Total dos indicadores de desempenho "não aplicáveis"}}$$

Fonte: CARVALHO (2007).

No cálculo do GAPIE, (i) o total de indicadores classificados como “omitidos com justificativa” foi somado ao total de indicadores classificados com “aderência plena”, visto que é permitido pela GRI (desde que realmente a empresa emita a justificativa pela emissão do indicador); (ii) do total de indicadores essenciais foi subtraído o total de indicadores classificados como “não aplicáveis”, a fim de não prejudicar o resultado da empresa, já que o indicador pode não se aplicar a sua atividade; (iii) não foi incluído no cálculo o total de indicadores classificados com “aderência parcial”, uma vez que seria muito subjetivo indicar o quanto da informação solicitada pelo indicador realmente a empresa informou; e, (iv) os indicadores classificados como “dúbios” ou “inconsistentes” não foram incluídos no cálculo, já que, quando classificados como “dúbios”, não há clareza se a informação foi fornecida de forma plena ou parcial; quando classificados como “inconsistentes”, as informações não estavam de acordo com o que era requerido pelo indicador (CASTRO; SIQUEIRA; MACEDO, 2010).

Nos estudos de Dias (2006), Carvalho e Siqueira (2007), Silva; Siqueira; Fernandes (2009) e Nascimento *et al* (2011), para o cálculo do GAPIE e GEE, foram utilizados apenas os indicadores essenciais; segundo Dias (2006), tal fato ocorreu por se tratarem da base para a elaboração dos relatórios de acordo com a GRI e aplicáveis a uma maior quantidade de empresas. Para Castro, Siqueira e Macedo (2010) e Nascimento *et al.* (2011), a justificativa é a maior relevância e aplicabilidade pelas empresas, como os indicadores adicionais podem ou não ser informados, sua utilização poderia prejudicar a comparação entre as organizações.

No entanto, como um dos objetivos do estudo é verificar se está havendo evolução no grau de aderência plena aos indicadores de desempenhos econômico, social e ambiental por parte das empresas brasileiras do setor de energia elétrica e se as empresas estão no mesmo nível de evidenciação das informações socioambientais, será feito um desdobramento dos modelos de Dias (2006) e Carvalho (2007). Dessa forma, será analisado o grau de aderência plena aos indicadores de desempenho em sua totalidade (GAPIT), bem como uma análise separada do grau de aderência plena aos indicadores essenciais (GAPIE) e adicionais de desempenho (GAPIA). Do mesmo modo, será realizado o cálculo do GEE para os indicadores totais de desempenho, essenciais e adicionais. Isso permitirá verificar o quanto as informações divulgadas pelas empresas estão de acordo com as exigências da GRI e em qual nível de divulgação se encontram as empresas.

Assim, as fórmulas utilizadas para o cálculo do GAPIT, GAPIA, GEE (total) e GEE (adicionais) foram às seguintes:

Equação 3: Grau de aderência aos indicadores totais de desempenho da GRI (GAPIT)

$$\text{Grau de aderência plena aos indicadores totais de desempenho da GRI (GAPIT)} = \frac{\text{Total dos indicadores de desempenho com "aderência plena"} + \text{Total dos indicadores de desempenho "omitidos com justificativa"}}{\text{Total dos indicadores de desempenho} - \text{Total dos indicadores de desempenho "não aplicáveis"}}$$

Fonte: Adaptado de DIAS (2006).

Equação 4: Grau de evidenciação efetiva aos indicadores totais de desempenho (GEE – total)

$$\text{Grau de aderência plena aos indicadores adicionais da GRI (GAPIA)} = \frac{\text{Total dos indicadores adicionais com "aderência plena"} + \text{Total dos indicadores adicionais "omitidos com justificativa"}}{\text{Total dos indicadores adicionais} - \text{Total dos indicadores adicionais "não aplicáveis"}}$$

Fonte: Adaptado de CARVALHO (2007).

Equação 5: Grau de aderência plena aos indicadores adicionais da GRI (GAPIA)

$$\text{Grau de evidenciação efetiva aos indicadores adicionais (GEE - adicionais)} = \frac{\text{Total dos indicadores adicionais com "aderência plena"} + \text{Total dos indicadores adicionais "omitidos com justificativa"}}{\text{Total dos indicadores adicionais} - \text{Total dos indicadores adicionais "não aplicáveis"}}$$

Fonte: Adaptado de DIAS (2006).

Equação 6: Grau de evidenciação efetiva aos indicadores adicionais (GEE – adicionais)

$$\text{Grau de evidenciação efetiva aos indicadores adicionais (GEE - adicionais)} = \frac{\text{Total dos indicadores adicionais com "aderência plena"}}{\text{Total dos indicadores adicionais - Total dos indicadores adicionais "não aplicáveis"}}$$

Fonte: Adaptado de CARVALHO (2007).

Para cada cálculo, os resultados podem variar de 0%, correspondente ao menor grau de aderência e evidenciação, a 100%, que representa o maior grau. Cabe ressaltar que a análise da qualidade e da veracidade da informação não é a finalidade do estudo, limitando-se apenas em verificar se as informações disponibilizadas pelas empresas estão em conformidade com o que é solicitado pela GRI (CARVALHO, 2007).

4 RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados referentes ao grau de aderência plena aos indicadores de desempenho e o grau de evidenciação efetiva dos Relatórios Socioambientais das empresas selecionadas. Primeiramente, é feita uma apresentação individual da empresa com seus respectivos resultados por ano. Dessa forma, para cada empresa, é possível apresentar a evolução dos Relatórios Socioambientais no período de 2006 a 2009. Por fim, é feita uma análise conjunta dos resultados obtidos das empresas selecionadas do setor de energia elétrica.

4.1 Ampla

Em 2006, a empresa apresenta em seu índice remissivo da GRI 62 indicadores de desempenho, omitindo, sem nenhuma justificativa, 17 indicadores. Já de 2007 a 2009, a empresa passa a expor em seu índice todos os indicadores. Apesar disso, ao considerar os de desempenho que a empresa diz apresentar, tem-se em 2006 um total de 58 indicadores, havendo aumento para 71 em 2007, e para 73 em 2008. Já em 2009, a empresa diz ter informações disponíveis para apenas 63 indicadores. Apesar de divulgar em 2009 indicadores que antes não foram apresentados, de 2008 para 2009, a empresa deixou de apresentar as informações de 14 indicadores. Tal fato explica a queda de 73 para 63 indicadores disponíveis em 2009.

Em relação à aderência plena dos indicadores, em 2006 tem-se 46 indicadores que estavam de acordo com o que é determinado pelo G3, havendo aumento para 57 em 2007, indo para 65 em 2008 e reduzindo para 58 em 2009. A queda de 2008 para 2009 na aderência plena é um retrocesso para a empresa, uma vez que se espera que cada vez mais a organização esteja em conformidade com o padrão que adota.

Quanto à evolução do grau de aderência plena aos indicadores e ao grau de evidenciação efetiva, essa é demonstrada na TAB. 1.

TABELA 1

Grau de aderência e grau de evidenciação efetiva da Ampla

ÍNDICE	2006	2007	2008	2009
GAPIE	71,4%	78,7%	89,4%	93,7%
GAPIA	40,0%	86,2%	89,6%	93,3%
GAPIT	59,5%	81,6%	81,5%	93,6%
GEE (E)	69,4%	78,7%	89,4%	93,7%
GEE (A)	40,0%	69,9%	79,3%	43,3%
GEE (T)	58,2%	75,0%	85,5%	74,4%

Observa-se que o GAPIT da empresa vem aumentando a cada ano, o que significa que cada vez mais essa divulga de acordo com o que é solicitado pela GRI. No entanto, ao considerar o potencial das informações efetivamente divulgadas pelos indicadores totais de desempenho, nota-se que há redução de 85,5% em 2008 para 74,4% em 2009. Isso se deve ao fato de que em 2009 houve maior número de indicadores classificados como “omitidos com justificativa” em relação ao ano anterior. Ao se analisar separadamente os indicadores essenciais dos adicionais, verifica-se que tanto o GAPIE como o GAPIA aumentaram com o passar dos anos. No entanto, o GAPIA e o GEE (adicionais), a partir de 2007, apresentam resultados bem diferentes. Isso mostra que, apesar de a empresa apresentar em seu índice remissivo maior número de indicadores adicionais, algumas informações referentes a eles não são divulgadas já que há um número considerável de indicadores adicionais classificados como “omitidos com justificativa” por ser permitido pela GRI.

4.2 Cemig

De 2006 a 2009, o número de indicadores relacionados nos sumários foi aumentando ao longo dos anos, passando de 22 indicadores em 2006 para 46 em 2009. Esse resultado se deve tanto ao aumento dos indicadores essenciais como ao de indicadores adicionais. Tal fato mostra o comprometimento da empresa de cada vez mais aderir às Diretrizes da GRI, bem como a tentativa de elaborar um relatório cada vez mais completo.

Em relação à aderência plena dos indicadores, em 2006 tem-se 13 indicadores que estavam de acordo com o que é determinado pelo G3, havendo aumento para 18 em 2007, reduzindo para 24 em 2008 e crescendo novamente para 39 em 2009. Esse aumento da aderência plena aos indicadores GRI mostra que a empresa, além de estar empenhada em divulgar mais indicadores, está comprometida a aumentar a qualidade das informações de modo que elas sejam mais completas.

No que concerne à evolução do grau de aderência plena aos indicadores e ao grau de evidenciação efetiva, essa é demonstrada na TAB. 2.

TABELA 2
Grau de aderência e grau de evidenciação efetiva da Cemig

ÍNDICE	2006	2007	2008	2009
GAPIE	12,2%	22,4%	29,2%	45,8%
GAPIA	23,3%	23,3%	33,3%	56,7%
GAPIT	16,5%	22,8%	30,8%	50,0%
GEE (E)	12,2%	22,4%	29,2%	45,8%
GEE (A)	23,3%	23,3%	33,3%	56,7%
GEE (T)	16,5%	22,8%	30,8%	50,0%

Observa-se que o GAPIT da empresa vem aumentando a cada ano, o que significa que cada vez mais a empresa divulga de acordo com o que é solicitado pela GRI. Ao analisar separadamente os indicadores essenciais dos adicionais, verifica-se que tanto o GAPIE como o GAPIA aumentaram com o passar dos anos. No entanto, o GAPIA é maior que o GAPIE em todos os anos. Isso mostra que, apesar de o indicador adicional não ser obrigatório, a empresa está aderindo a ele da mesma forma que faz com os indicadores essenciais. A empresa confirmou o aumento de indicadores divulgados, ao passar de empresa nível C em 2006 para nível B+ em 2009.

4.3 Coelce

Em 2006, a empresa apresenta em seu índice remissivo da GRI 54 indicadores de desempenho, omitindo sem, nenhuma justificativa, 25 indicadores. Em 2007 e 2008 passa apresentar em seu índice 78 indicadores, e já em 2009, todos os indicadores. Apesar disso, ao considerar os

de desempenho que a empresa diz conter informação, tem-se em 2006 um total de 52 indicadores, havendo aumento para 74 em 2007, e para 77 em 2008. Já em 2009, a empresa diz ter informações disponíveis para apenas 62 indicadores. Apesar de divulgar em 2009 indicadores que antes não foram apresentados, de 2008 para 2009, a empresa deixou de apresentar as informações de 13 indicadores que antes eram divulgados. Em relação à aderência plena dos indicadores, em 2006 têm-se 26 indicadores que estavam de acordo com o que é determinado pelo G3, havendo aumento para 57 em 2007, indo para 65 em 2008 e reduzindo para 58 em 2009. A queda de 2008 para 2009 na aderência plena é um retrocesso, como não poderia deixar de ser, já que se espera que cada vez mais a organização esteja em conformidade com o padrão que adota.

Quanto à evolução do grau de aderência plena aos indicadores e ao grau de evidenciação efetiva, apresenta-se a TAB. 3.

TABELA 3
Grau de aderência e grau de evidenciação efetiva da Coelce

ÍNDICE	2006	2007	2008	2009
GAPIE	35,4%	75,0%	83,3%	91,7%
GAPIA	31,0%	73,3%	83,3%	96,7%
GAPIT	33,8%	74,4%	83,3%	93,6%
GEE (E)	35,4%	75,0%	83,3%	91,7%
GEE (A)	31,0%	70,0%	83,3%	43,3%
GEE (T)	33,8%	73,1%	83,3%	73,1%

Observa-se que o GAPIT da empresa vem aumentando a cada ano, o que significa que cada vez mais essa divulga de acordo com o que é solicitado pela GRI. No entanto, ao considerar o potencial das informações efetivamente divulgadas pelos indicadores totais de desempenho, nota-se que há redução de 83,33% em 2008 para 73,07% em 2009.

Isso se deve ao fato de que, em 2009, houve maior número de indicadores classificados como “omitidos com justificativa” em relação ao ano anterior. Ao se analisar separadamente os indicadores essenciais dos adicionais, verifica-se que tanto o GAPIE como o GAPIA aumentaram com o passar dos anos, apresentando resultados elevadíssimos em 2009. No entanto, o GAPIA e o GEE (adicionais) em 2009 mostram resultados bem diferentes. Isso significa que, apesar de a empresa apresentar em seu índice remissivo maior número de indicadores adicionais, algumas informações referentes a eles não são divulgadas, já que há um número considerável de indicadores adicionais classificados como “omitidos com justificativa” por ser permitido pela GRI.

4.4 EDP Energias do Brasil

Em 2006, a empresa apresenta em seu índice remissivo da GRI 34 indicadores de desempenho, omitindo, sem nenhuma justificativa, 45 indicadores. Já em 2007 passa a apresentar 56 e em 2008 e 2009 apresenta todos os indicadores. Apesar disso, ao se considerar os indicadores de desempenho que a empresa diz ter realmente informações, tem-se em 2006 um total de 34 indicadores, havendo aumento para 56 em 2007, de 77 em 2008 e redução para 76 em 2009, por considerar que nesse ano o indicador EN27 não era aplicável às atividades da empresa.

Em relação à aderência plena dos indicadores, em 2006 têm-se 32 indicadores que estavam de acordo com o que é determinado pelo G3, havendo aumento para 49 em 2007, de 63 em 2008 e indo para 68 em 2009. O acréscimo de indicadores classificados como “aderência plena” ao longo dos anos evidencia evolução positiva por parte da empresa no sentido de que, cada vez mais, está em conformidade com o que é estabelecido pela GRI, resultando no aumento da qualidade em seus relatórios.

Quanto à evolução do grau de aderência plena aos indicadores e ao grau de evidenciação efetiva, essa é demonstrada na TAB. 4.

TABELA 4
Grau de aderência e grau de evidência efetiva da EDP
Energias do Brasil

ÍNDICE	2006	2007	2008	2009
GAPIE	40,8%	57,1%	81,2%	85,1%
GAPIA	40,0%	70,0%	82,7%	96,6%
GAPIT	40,5%	62,0%	81,8%	89,5%
GEE (E)	40,8%	57,1%	81,2%	85,1%
GEE (A)	40,0%	70,0%	82,7%	96,6%
GEE (T)	40,5%	62,0%	81,8%	89,5%

Observa-se que o GAPIT da empresa vem aumentando a cada ano, o que mostra que cada vez mais essa divulga de acordo com o que é solicitado pela GRI. Isso também ocorre ao considerar o potencial das informações efetivamente divulgadas pelos indicadores totais de desempenho. Nota-se que, de 2006 para 2009, a empresa apresentou grande salto na quantidade e qualidade de informações dos seus relatórios, reforçando, assim, o seu comprometimento em se adequar aos padrões estabelecidos. Ao se analisar separadamente os indicadores essenciais dos adicionais, verifica-se que tanto o grau de aderência quanto o grau de evidência efetiva foram crescendo de modo que os resultados dos indicadores adicionais têm maior conformidade com a GRI do que os indicadores essenciais. Outro fato positivo ao longo desses anos é que, a partir de 2007, seus relatórios passaram a ser auditados; além disso, a empresa passou de nível B em 2006 para A+ em 2009.

4.5 Elektro

Em 2006, a empresa apresenta em seu índice remissivo da GRI 69 indicadores de desempenho, omitindo, sem nenhuma justificativa, 10 indicadores e classificando como “não aplicáveis” 21 indicadores sem dar maiores explicações. Já em 2007, passa a relacionar em seu índice

41 indicadores, omitindo, também sem justificativa, 38 indicadores, mas só considera dois indicadores como “não aplicáveis” as suas atividades. Em 2008, apresenta 56 indicadores no índice, sendo apenas dois classificados como “não aplicáveis” e omitindo, sem justificativa, outros 23 indicadores. Em 2009, apresenta 55 indicadores e omite, sem justificativa, 24. Apesar disso, ao considerar os de desempenho que a empresa diz apresentar em seu relatório, tem-se em 2006 um total de 48 indicadores, havendo redução para 39 em 2007, aumento para 53 em 2008, e outra redução em 51 em 2009. A empresa apresenta retrocesso em 2009, já que em 2008 mostrou resultado maior.

Em relação à aderência plena dos indicadores, em 2006 tivemos 25 que estavam de acordo com o que é determinado pelo G3, havendo aumento para 33 em 2007, indo para 39 em 2008 e reduzindo para 33 indicadores em 2009. A queda de 2008 para 2009 na aderência plena é novamente um retrocesso para a empresa, uma vez que se espera que cada vez mais a organização esteja em conformidade com o padrão que adota.

No que diz respeito à evolução do grau de aderência plena aos indicadores e ao grau de evidenciação efetiva, vê-se na TAB. 5.

TABELA 5

Grau de aderência e grau de evidenciação efetiva da EDP Elektro

ÍNDICE	2006	2007	2008	2009
GAPIE	47,5%	59,6%	59,6%	53,2%
GAPIA	33,3%	16,7%	40,0%	31,0%
GAPIT	43,1%	42,8%	51,9%	44,7%
GEE (E)	47,5%	59,6%	57,4%	51,1%
GEE (A)	33,3%	16,7%	40,0%	31,0%
GEE (T)	43,1%	42,8%	50,6%	43,4%

Observa-se que o GAPIT e o GEE (total) da empresa diminuíram de 2008 para 2009, o que significa que a empresa passou a divulgar menos de acordo com o que é solicitado pela GRI. Ao analisar separadamente, verifica-se que o grau de aderência plena e o grau de evidenciação efetiva tanto para os indicadores essenciais como adicionais diminuíram de 2008 para 2009. Apesar de a empresa ter passado de nível C para B em sua autodeclaração, nota-se ao se analisar o GAPIT que a empresa mostra resultados próximos ao longo dos anos, não verificando, assim, o seu comprometimento em estar em conformidade com as Diretrizes da GRI ao passar do tempo.

4.6 Análise conjunta das empresas

Ao se analisar o GAPIT das empresas selecionadas, conforme mostra o QUADRO 03, observa-se que todas as empresas evoluíram de 2006 para 2009, o que mostra que cada vez mais essas estão divulgando conforme as Diretrizes da GRI. Ao se observar o final do período, Ampla, Coelce e EDP apresentam resultados próximos, porém há grande diferença de resultado ao se comparar a Ampla, que tem um GAPIT de 93,6%, com a Elektro, que tem um GAPIT de 44,7%. Desta forma, pode-se afirmar que as empresas de energia elétrica analisadas não se encontram no mesmo nível de conformidade com a GRI.

Outra constatação foi que, ao considerar o resultado do GAPIT, muitas empresas não estariam no nível de aplicação que declararam estar. Como, por exemplo, a Ampla em 2006, que possui resultado muito inferior para uma empresa nível A, e a Cemig em 2007, autodeclarada B, mas com um resultado que a classificaria como nível C.

QUADRO 3
Evolução do GAPIT das empresas

Empresa	2006		2007		2008		2009	
	GAPIT	Nível de aplicação declarado						
Ampla	59,5%	A+	81,6%	A	89,5%	A	93,6%	A
Cemig	16,5%	C	22,8%	B	30,8%	B	50,0%	B+
Coelce	33,8%	C	74,4%	A	83,3%	A	93,6%	A
EDP	40,5%	B	62,0%	B+	81,8%	A+	89,5%	A+
Elektro	43,1%	C	42,9%	B	51,9%	B	44,7%	B

Ao se analisar o GEE (totais), conforme mostra o QUADRO 04, observa-se que todas as empresas evoluíram de 2006 para 2009, ou seja, passaram a apresentar mais informações em seus relatórios. No entanto, 2009 não representa o melhor nível de divulgação para a Ampla, a Coelce e a Elektro, que exibiram o melhor grau de evidenciação efetiva em 2008. Em 2009, a EDP é a empresa que teve o maior grau de evidenciação efetiva; assim, apesar de a Ampla em 2009 ter maior grau de aderência plena aos indicadores GRI, não significa que seu relatório seja o mais completo. Isso se deve ao fato de a GRI permitir que empresas façam omissão de indicadores desde que sejam justificados, e com isso o indicador é dado como apresentado; é o caso da Ampla, que em 2009 teve 15 indicadores como “omitidos com justificativa”. Tal mecanismo faz com que às vezes as empresas apresentem um nível de aplicação que não reflete a quantidade efetiva de informações do seu Relatório Socioambiental. Verificou-se também que há grande diferença na quantidade de informações realmente apresentadas pelas empresas em seus relatórios, já que a EDP possui um GEE (totais) de 89,5%, e a Elektro, de apenas 43,4%.

QUADRO 4

Evolução do GEE das empresas

Empresa	2006		2007		2008		2009	
	GEE	Nível de Aplicação Declarado						
Ampla	58,2%	A+	75,0%	A	85,5%	A	74,4%	A
Cemig	16,5%	C	22,8%	B	30,8%	B	50,0%	B+
Coelce	33,8%	C	73,1%	A	83,3%	A	73,1%	A
EDP	40,5%	B	62,0%	B+	81,8%	A+	89,5%	A+
Elektro	43,1%	C	42,9%	B	50,6%	B	43,4%	B

Constatou-se que, apesar das melhorias apresentadas e dos dados solicitados pelo modelo do GRI, a maioria expressiva dos ausentes, com justificativa ou não, é referente aos desempenhos ambiental e social. Tal fato se deve, entre outros fatores, à larga experiência das companhias na montagem e na manutenção de seus bancos de dados econômicos, o que ainda não ocorreu em relação aos ambientais e sociais, embora, ressalte-se, não há evidências de que essa seja a razão primordial das omissões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo verificar a evolução nos Relatórios Socioambientais com base no grau de aderência plena e no grau de evidenciação efetiva aos indicadores de desempenhos econômico, ambiental e social estabelecidos no modelo “G3” das Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI) de empresas brasileiras do setor de energia elétrica, no período de 2006 a 2009.

Constatou-se que, de 2006 a 2009, os Relatórios Socioambientais evoluíram de modo a apresentar maior conformidade com o que é solicitado pela GRI, o que mostra o comprometimento das empresas em

cada vez mais estarem de acordo com o padrão seguido. No entanto, apesar de algumas companhias apresentarem alto grau de aderência plena, isso não significa que seu relatório seja o mais completo. Tal fato acontece, já que a GRI permite que empresas omitam indicadores desde que justifiquem tal omissão; com isso, o indicador é dado como apresentado. Esse mecanismo faz com que empresas sejam classificadas num nível que não reflete a real qualidade do seu relatório, como, por exemplo, a Ampla, em 2009, que apresentou uma GAPIT de 93,6%, mas, ao verificar o seu GEE (totais), exibiu um resultado de 73,1%; tal diferença de resultado foi em razão da omissão com justificativa de 15 indicadores.

No entanto, ao se analisar o que foi efetivamente evidenciado pelos relatórios, constatou-se que Ampla Coelce e Elektro retrocederam de 2008 para 2009, ou seja, apresentaram quantidade de informação menor que a do ano anterior. O maior resultado do grau de evidenciação efetiva aos indicadores de desempenho foi da EDP, com 89,5%, bem diferente ao comparado com a da Elektro, de 43,4%.

Os resultados obtidos nesta pesquisa confirmam os apresentados por Castro, Siqueira e Macedo (2009) e Nascimento *et al.* (2011), que apontaram que, apesar de as empresas estarem num mesmo setor de atividade, não significa que elas apresentem o mesmo grau de conformidade com as Diretrizes da GRI, bem como não mostram o mesmo nível de evidenciação efetiva das suas informações nos Relatórios Socioambientais.

Constata-se, assim, que divulgação é um instrumental de destaque e que pode ser utilizado como elemento de vantagem competitiva e, que vem precedido, necessariamente, da ação socioambiental. Logo, existe uma tendência de ganho dos stakeholders em decorrência da necessidade de as organizações se diferenciarem e tentarem ser a melhor dentro de seu segmento.

O estudo permite observar que a instituição de padrão é importante para a comparabilidade das informações, embora em alguns momentos possa causar problemas pela dificuldade em se obter a informação para divulgar ou até em situações em que é inconveniente. Entretanto,

constatou-se que, apesar da existência de padrão de regulamentação, a divulgação não é automática e adotada por todos. Houve e há o período de aprendizagem e de adaptação demonstrado pelas oscilações dos resultados iniciais.

Em função também da regulamentação definida pela ANEEL, o setor de energia elétrica é o que possui mais organizações brasileiras listadas no *site* do GRI, desde que foi lançado. Ao todo, são 41 empresas classificadas nesse setor e que divulgaram seu relatório no *site* do GRI pelo menos uma vez. Não obstante tal fato ou o de ser uma atividade causadora de grandes impactos ambientais, tanto na geração quanto na distribuição e comercialização de energia, as informações com maior número de omissão, ao longo dos períodos e entre as empresas, foram as de natureza ambiental e social. Desta forma, continua viva a necessidade de se manter medidas que possam estimular a melhoria da interação das empresas com o meio ambiente; assim sendo, os Relatórios de Sustentabilidade poderão demonstrar grandes melhorias no futuro, justificando, portanto, a existência responsável e econômica do negócio.

Assim, além da regulamentação do setor que exige que as empresas de energia elétrica divulguem os Relatórios Socioambientais e dos esforços da GRI em fornecer um modelo de relatório que seja claro, abrangente e comparável, é preciso que as empresas se empenhem cada vez mais em sua elaboração para fornecer uma ferramenta com qualidade e quantidade de informações relevantes a todas as partes interessadas.

REFERÊNCIAS

ANEEL. **Manual de Elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica**. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/leitura_arquivo/default.cfm?idaplicacao=43>. Acesso em: 2 janeiro 2012.

ARGANDONA, Antonio; von WELTZIEN HOIVIK, Heidi. Corporate social responsibility: One size does not fit all. Collecting

Evidence from Europe. **Journal of Business Ethics**, New York, v. 89, n. 3, p. 221-234, Nov. 2009.

BORGER, Fernanda Gabriela. **Considerações teóricas sobre a gestão da responsabilidade social empresarial**. São Paulo: Instituto Ethos, 2001.

CARROLL, Archie B. Corporate social responsibility: Evolution of a definitional construct. **Business and Society**, v. 8, n. 3, p. 268-295, Sept. 1999.

CARVALHO, Fernanda de Medeiros. **Análise da utilização dos indicadores essenciais da Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais de empresas latino-americanas**. 2007. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – FACC/UFRJ, Rio de Janeiro.

CARVALHO, F. M.; SIQUEIRA, J. R. M. Análise da utilização dos indicadores essenciais da Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais de empresas latino-americanas. **Pensar Contábil**, v. 9, n. 39, 2007.

CASTRO, F. A. R.; SIQUEIRA, J. R. M.; MACEDO, M. A. S. Indicadores ambientais essenciais: Uma análise da sua utilização nos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas do Setor de Energia Elétrica Sul-Americano, elaborados pela versão “G3” da Global Reporting Initiative. In: **1ST SOUTH AMERICAN CONGRESS ON SOCIAL AND ENVIRONMENTAL ACCOUNTING RESEARCH – CSEAR**, 2009.

_____. Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão “G3”, da Global Reporting Initiative, nos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas do Setor de Energia Elétrico Sul-Americano. **Revista de Informação Contábil**, Recife. v. 4, n. 4, p. 83-102, out./dez. 2010.

DIAS, Lidiane Nazaré da Silva. **Análise da utilização dos indicadores do Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais em**

empresas brasileiras. 2006. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – FACC/UFRJ, 2006.

FARIA, A.; SAUERBRONN, F. F. A responsabilidade social é uma questão de estratégia: Uma abordagem crítica. Revista de Administração Pública, v. 42, n. 1, jan./fev. 2008.

GRAY, Rob H; MILNE, Markus J. Sustainability Reporting: Who's kidding whom? **Accountants Journal of New Zealand**, v. 81, n. 6, p. 66-70, Jun 2002.

GRI. Conjunto de Protocolos de Indicadores: Econômico 2006.

Disponível em: <http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/4855C490-A872-4934-9E0B-8C2502622576/5283/IP_EC_Portuguese_BR.pdf>. Acesso em: 13 janeiro 2012.

HAYES, Barbara; WALKER, Bridget. Corporate responsibility or core competence?. **Development in Practice**, v. 15, n. 3, p. 405-412, June 2005.

JANNUZZI, Gilberto de Martinho; ROMEIRO, Viviane Roberto da Silva; MARTINS, Juliana Marinho Cavalcanti; GOMES, Rodolfo Dourado Maia. **Setor elétrico brasileiro no contexto socioambiental: Indicadores de boa governança em processos políticos e regulatórios.** World Resources Institute – WRI, 2008.

LINS, Clarissa Lins; OUCHI, Hiroshi C. **Sustentabilidade corporativa** – Energia elétrica. 2007. Disponível em: <[http://fbds.org.br/apresentacoes/FBDS-IMD-Energia Eletrica.pdf](http://fbds.org.br/apresentacoes/FBDS-IMD-Energia_Eletrica.pdf)>. Acesso em: 15 janeiro 2012.

KRAEMER, M. E. P. **Responsabilidade social:** Uma alavanca para a sustentabilidade. 2010. Disponível em: <<http://www.gestaoambiental.com.br/kraemer.php>>. Acesso em: 5 jul. 2011.

KREITLON, M. P. A ética nas relações entre empresas e sociedade: Fundamentos teóricos da responsabilidade social empresarial. In: ENCONTRO da ANPAD, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2004.

Disponível em <http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=39&cod_evento_edicao=8&cod_edicao_trabalho=1430>. Acesso em 13 janeiro 2012.

MACHADO, Fernando Vieira. Indicador de sustentabilidade energética – Um modelo de avaliação para a governança regulatória. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 3., 2006, Brasília. **Anais...** Brasília, 2006. Disponível em <<http://www.anppas.org.br/encontro.../TA366-13032006-172748.DOC>>. Acesso em 13 janeiro 2012.

OLIVEIRA, M.; DAHER, W. D; RIBEIRO, M. S.; SAMPAIO, M. S. Análise das ações de responsabilidade social empresarial divulgadas nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia do Grupo Empresarial Guarani S. A. segundo modelo analítico de Hopkins. In: CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, 4., 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2004. Disponível em <<http://www.congressusp.fipecafi.org/artigos42004/183.pdf>>. Acesso em 13 janeiro 2012.

RIBEIRO, M. S.; PINTO, A. L. Balanço social: Avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no Estado de Santa Catarina. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 15, n. 36, set/dez. 2004.

SILVA, M. C.; SIQUEIRA, J. R. M.; FERNANDES, F. S. Indicadores essenciais da GRI: Análise da evolução do grau de aderência plena e de evidenciação efetiva no período de 2003 A 2005. In: SEMEAD, 12., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009. Disponível em <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/849.pdf>>. Acesso em 13.janeiro.2012.

SIQUEIRA, J. R. M.; MACEDO, M. A. S.; FERNANDES, F.S. Desempenho socioambiental no setor elétrico brasileiro: Uma proposta de mensuração apoiada em Análise Envolvória de Dados (Dea). **Pensar Contábil**, v. 11, n. 45, jul/set. 2009.